



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

ACTIVIDADE EM PLENÁRIO

Informação Nº 03-IX-2005/2006

Informa-se, para conhecimento dos Cidadãos, que a Assembleia Municipal de Almada realizou a Sessão Plenária referente ao mês de Fevereiro de 2006, nos passados dias 23 e 24 de Fevereiro, tendo debatido e apreciado a Actividade Municipal, e aprovado as seguintes deliberações:

DELIBERAÇÕES

1 - *Sobre a situação do Arsenal do Alfeite*

Em consideração da preocupante situação do Arsenal do Alfeite enquanto empresa importante do Concelho de Almada, de elevado impacto económico e social ao nível local, regional e nacional e estratégica para a soberania e defesa nacionais, a Assembleia Municipal:

- Solicita ao Governo que clarifique qual a sua estratégia para o Arsenal do Alfeite, as medidas de curto e médio prazo que pretende adoptar para modernizar o Estaleiro e assegurar a continuidade do seu funcionamento;
- Pronuncia-se e insiste na necessidade de uma mudança qualitativa e quantitativa do Arsenal do Alfeite através de medidas de modernização, de inovação tecnológica e organizacional, de uma gestão activa e empenhada, de um enquadramento legal de interesse público e estratégico ligado ao Estado e à Marinha e de valorização do factor trabalho.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2 - Sobre a criação da Loja do Cidadão de Almada

Tendo presente a informação de que o Governo abandonou o anterior modelo de Lojas do Cidadão e que estuda um novo modelo;

E considerando que o Município desde Julho de 2003 vem propondo ao Governo a instalação de uma Loja do Cidadão em Almada;

A Assembleia Municipal de Almada:

- Reafirma a necessidade de criação de uma Loja do Cidadão em Almada;
- Apoia a proposta da Câmara Municipal ao Ministério da Administração Interna para o estabelecimento de um Protocolo entre o Governo e o Município para os estudos e a concretização de uma Loja do Cidadão em Almada.

3 - Sobre a Criação do Julgado de Paz de Almada

Dado que pela Lei nº 78/2001 é da competência do Governo a criação e a instalação dos Julgados de Paz;

Considerando que os Julgados de Paz são um meio alternativo de Justiça, proporcionando aos cidadãos uma justiça simplificada, de baixos custos e célere, assumindo-se como uma forma simples e informal de resolver litígios fora dos Tribunais tradicionais;

Considerando também que desde Abril de 2005 a Câmara Municipal vem propondo ao Governo a criação do Julgado de Paz em Almada;

A Assembleia Municipal de Almada:

- Manifesta o seu apoio à Criação do Julgado de Paz do Concelho de Almada por contribuir para aproximar a Justiça dos Cidadãos;
- Apoia a proposta da Câmara Municipal ao Governo para que o Julgado de Paz de Almada fique instalado no antigo Tribunal, propriedade do Município.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4 - Sobre a construção de Rodovias de nível Regional e Nacional

Considerando que o Plano Rodoviário Nacional aprovado pelo Governo e pela Assembleia da República (Lei nº 98/1999) contempla a construção da Circular Regional Interna da Península de Setúbal – IC 32, ligando a Trafaria, Charneca de Caparica, Nó de Coina e Montijo/Alcochete, e a construção da Estrada Regional nº 377-2, ligando a Via Rápida da Costa Caparica ao IC 32 no Lazarim e à Fonte da Telha através da Av. do Mar;

Considerando também que estas vias são estruturantes e fundamentais para a melhoria da acessibilidade e segurança dos Cidadãos e determinantes para a concretização do Programa Polis;

A Assembleia municipal de Almada:

- Expressa ao Governo a sua preocupação pelo atraso na concretização das obras de construção do IC 32 (Trafaria, Charneca de Caparica, Nó de Coina) e da Estrada Regional 377-2 (Costa de Caparica, Charneca de Caparica e Fonte da Telha), obras fundamentais para a melhoria das condições de vida das populações;
- Considera não ser aceitável a transferência dos Parques de Campismo da Costa de Caparica para a Charneca de Caparica/Pinhal do Inglês, nomeadamente sem a construção total da Estrada Regional 377-2.

5 - Sobre o Hospital Garcia de Orta e a construção do Hospital de Seixal/Sesimbra

Tendo em consideração que os Cidadãos dos Concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra sentem cada vez mais a necessidade de um novo hospital que atenua a pressão de utentes que ocorrem aos Serviços do Hospital Garcia de Orta – necessidade esta que conta também com o acordo das Autarquias, da Administração Regional e de Departamentos do Estado;



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando ainda que, ao arrepio de tudo o que até então era consenso, um estudo encomendado pelo Ministério da Saúde a uma Equipa da Escola de Gestão do Porto aponta para a expansão do Hospital Garcia de Orta com mais 150 camas, em detrimento da construção de um novo hospital no Seixal e recomenda a suspensão imediata de todas as intervenções planeadas para a melhoria do serviço do Hospital Garcia de Orta;

A Assembleia Municipal de Almada:

- Reafirma o apoio ao Serviço Nacional de Saúde acessível a todos os cidadãos e assente nos valores democráticos e humanistas do Portugal de Abril, e reclama a definição da fronteira entre o serviço público e privado da saúde e a defesa dos Serviços Públicos de Saúde;
- Invoca como necessidade premente o reforço da cobertura hospitalar dos Concelhos do Seixal e Sesimbra através da construção de um novo hospital a localizar no eixo Amora/Cruz de Pau/Fogueteiro que alivie a pressão sobre o Hospital Garcia de Orta, e recusa a suspensão das obras programadas de modernização, requalificação, reapetrechamento e criação de serviços hospitalares no Hospital Garcia de Orta, em que assume particular gravidade o Serviço de Urgências.

6 - Sobre as Finanças Locais

Considerando que o Poder Local é um dos alicerces fundamentais do Estado Democrático, o seu exercício potencia a democracia, aproxima os cidadãos das instituições e pugna pela coesão nacional e a sua actividade reflecte os anseios, as aspirações e as necessidades das populações, pelo que deve de dispôr de meios financeiros no sentido do desenvolvimento sustentado nas comunidades;



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando também que as receitas do Poder Local provenientes dos recursos públicos são extremamente baixas comparadas com os demais países da OCDE (Portugal 8,3% enquanto a média dos países da OCDE é de 21,9%);

A Assembleia Municipal de Almada:

- Afirma e defende o direito constitucional de as Autarquias participarem nos impostos directos do Estado, reivindica o aumento dessa participação e recusa a lógica de auto-financiamento dos Municípios e o lançamento de mais impostos, derramas, etc., ou seja, pelo aumento dos impostos a pagar pelos cidadãos e as famílias.

7 - Sobre a Segurança e as Instalações das Forças de Segurança

Embora seja reconhecido que o combate à criminalidade passa principalmente pela prevenção das causas sociais profundas, em que se destacam as desigualdades e injustiças sociais, a exclusão, o desemprego, a pobreza, o tráfico e consumo de droga e a emigração clandestina, não deixam de ser também importantes os meios humanos e operacionais e as instalações das Forças de Segurança;

Considerando que são cada vez mais sentidas as necessidades de uma política de desenvolvimento sustentável e de coesão nacional, assim como de reforço dos meios humanos e da capacidade operacional das Forças de Segurança que actuam no Concelho de Almada, assim como do policiamento de proximidade e de novas, dignas e adequadas instalações;

Pelo que, a Assembleia Municipal de Almada:

- Chama a atenção do Governo para a absoluta e urgente necessidade de reforço dos efectivos policiais, preocupantemente deficitários, para que seja atingido o número de três polícias para cada mil habitantes e dos



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

meios operacionais, claramente insuficientes e deficientes, de forma a possibilitar o cumprimento das missões de segurança, o alargamento a todo o Concelho do policiamento de proximidade e o reforço do patrulhamento das áreas mais sensíveis, de forma a reduzir o actual sentimento de insegurança;

- Reclamar a entrada em funcionamento do Posto Territorial da GNR da Charneca de Caparica/Sobreda, assim como a construção das instalações para o Destacamento e o Grupo Territorial;
- Exigir os efectivos suficientes em cumprimento da Portaria Governamental, na Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó;
- Precisar como absolutamente necessário e tal como prometido pelo Governo a construção das instalações policiais na Costa de Caparica e no PIA/Caparica.

8 - De manifestação de Pesar pelo falecimento do cidadão José Rodrigues Vitoriano

Destacado resistente anti-fascista. Preso pela PIDE durante 17 anos. Presidente do Sindicato dos Operários Corticeiros, militante comunista, Deputado da República e Vice-Presidente da Assembleia da República. Residente no Laranjeiro. Homem de grande dimensão humanista e destacado lutador pela liberdade, democracia e socialismo.

9 - De designação dos Cidadãos Domingos Luís Falé Torgal, Ana Luísa Rodrigues, Corália Maria Polido A. Dias Sequeira e Neuza M. S. Marques Alves Salgueiro para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Almada, nos termos da Lei nº 149/99, de 1 de Setembro.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 10 - *De designação do Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, Fernando Jorge Amoreira Fernandes, para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nos termos da Lei nº 14/2004, de 8 de Maio.*
- 11 - *De designação da Cidadã Maria Manuela Baptista Colaço dos Santos Lopes (Presidente da junta de Freguesia da Sobreda) para a Comissão Municipal para o Licenciamento de Instalação ou Modificação de Estabelecimentos Comerciais, nos termos da Lei nº 12/2004, de 30 de Março.*
- 12 - *De designação da Cidadã Maria da Graça Contreiras Matos Mascarenhas Pessoa para os Conselhos Geral ou Consultivo e/ou similar dos Hospitais Garcia de Orta – Almada e Miguel Bombarda – Lisboa, Maternidade Alfredo da Costa – Lisboa e para a Comissão Concelhia de Saúde.*
- 13 - *Designação dos Eleitos Paula Cristina L. Coelho, Amadeu Dinis Vaz, Luís Miguel Ferreira Varela Pais e Helena Maria G. de Oliveira para a Comissão de Acompanhamento do Programa Polis na Costa de Caparica, nos termos da Cláusula 9ª do Protocolo de Acordo MAOT/CMA.*
- 14 - *Designação dos Cidadãos Maria Inês Machado Albuquerque e Castro, Maria Luísa Carmo Inácio Gueifão de Oliveira, Cremilde Leocádio Burrica Nunes de Castro, João António da Silva Oliveira Reboredo, Baltazar dos Reis Machado Grilo, Mário José d'Araújo, Mário António Rosa de Matos Oliveira, Maria do Rosário Gonçalves de Vasconcelos, Maria Joaquina Almeida Batista Simões e Álvaro Rocha Martins, para o Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, nos termos da Lei nº 33/88, de 18 de Julho.*



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

15 - Criação das seguintes Comissões Especializadas Permanentes:

- 1ª Comissão «Administração, Finanças e Acessibilidades»
- 2ª Comissão «Acção Sócio-Cultural»
- 3ª Comissão «Ambiente e Desenvolvimento Económico»

Cada uma das três Comissões são compostas por 4 eleitos da CDU, 3 eleitos do PS, 2 eleitos do PSD e 1 eleito do BE.

As questões da Segurança dos Cidadãos e da Protecção Civil são integradas na Conferência dos Representantes dos Grupos Municipais.

Almada, em 01 de Março de 2006

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)